

# **A CRÍTICA ONTOLÓGICA DE MARX COMO SUPERAÇÃO DAS CONTROVÉRSIAS METODOLÓGICAS DA ECONOMIA POLÍTICA**

Fernando de Amorim Benfica<sup>1</sup>

## **Introdução**

Como qualquer forma de pensamento que tem como objetivo a apreensão científica dos fenômenos sociais, a Economia Política lançou mão, desde seu surgimento enquanto disciplina autônoma, das metodologias de investigação historicamente disponíveis. Nessa perspectiva, foram adotados pelos economistas políticos, basicamente, dois métodos comumente conhecidos hoje como hipotético-dedutivo e histórico-indutivo. Entretanto, a utilização dos mesmos tendeu a resultar ou em sua amalgamação ambígua; ou em seu uso isolado, que viria a engendrar uma inconclusa contenda intelectual.

Com o intuito de dar conta dos mesmos fenômenos tratados pelos economistas políticos, Marx aparece como um pensador que recusa ambos os caminhos e propõe uma metodologia de investigação crítica que extrai seus procedimentos teóricos de uma apreensão ontológica do ser social. O objetivo deste trabalho é, portanto, apresentar resumidamente o controverso quadro metodológico da Economia Política para, em seguida, situar o método de Marx como sua superação.

## **Controvérsias metodológicas na Economia Política**

Constitui senso comum entre os pensadores sociais a admissão de que a Economia Política teve como marco inaugural o texto “A Riqueza das Nações” de Adam Smith, publicado em 1776. Pela primeira na história do pensamento ocidental, categorias fundamentais à disciplina (produção, distribuição, circulação, entre outras) foram tratadas articuladamente, de forma a constituir um “sistema de teorias, conceitos e técnicas analíticas com aceitação generalizada” que objetivava a compreensão de novas questões (tais como crescimento econômico, política comercial e inflação) surgidas a partir dos processos de

---

<sup>1</sup> Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense – UFF

profunda transformação pelos quais passava o continente europeu, em sua transição para uma formação social capitalista (Deane, 1980).

Obviamente, como qualquer tentativa de apreensão teórica da realidade, o intento de Smith sofreu influência decisiva do ambiente a partir do qual emergiu<sup>2</sup>. Lembremos, nesse sentido, que o célebre pensador escocês não era considerado (ou se considerava) um “economista”. Tinha-se, e era tido, como um filósofo; mais especificamente, um filósofo moral. A Filosofia Moral trazia, por sua vez, a Economia Política em seu corpo apenas como parte integrante de um conjunto articulado de disciplinas que incluía elementos de Teologia Natural, Ética, Psicologia e Direito. Dessa forma, seus postulados sobre a sociedade devem aqui ser considerados à luz dos sistemas filosóficos ou métodos de investigação de seu tempo. Em fins do Século XVIII, qualquer indivíduo disposto a se aventurar pelo nebuloso terreno do estudo científico da sociedade, sentir-se-ia minimamente resguardado ao se perceber como herdeiro histórico de um arcabouço investigativo razoavelmente bem estruturado, composto essencialmente por dois métodos.

Por um lado, apresentava-se a Teoria do Direito Natural: um sistema especulativo que procura apreender e desenvolver no pensamento, a partir de uma hipótese particular – *a priori*, uma ordem natural para o mundo social, tomando-o de forma análoga a um grande mecanismo regido por leis próprias que, sofrendo o mínimo de intervenção, seria capaz de engendrar o máximo possível de harmonia e bem-estar. Esse princípio se situava, por seu turno, próximo à metodologia proposta por Isaac Newton para a análise dos fenômenos naturais, que aqui será denominado método hipotético-dedutivo: um arcabouço que sugeria a assunção de um conjunto reduzido de suposições razoavelmente plausíveis – axiomas, a partir dos quais se poderia generalizar e obter conclusões sobre os fenômenos inicialmente postos em questão.

Por outro lado, tinha-se o sistema proposto por Montesquieu, que busca nas circunstâncias, nos fenômenos concretos e na história das sociedades os indícios para o desvendamento das causalidades que elucidariam os diferentes estágios sociais em diferentes eras e países. Em resumo, trata-se de um método que persegue, em contraste à concepção apriorísticas, uma ordem real ou efetiva das coisas (Cliffe Leslie, 1870). Este procedimento será tratado, de agora em diante, com método histórico-dedutivo.

Diante desse ferramental, Smith estava convencido, de início, que a chave para a compreensão dos fenômenos sociais poderia ser encontrada no método de Newton. Para os

---

<sup>2</sup> Atentar-se-á aqui à dimensão intelectual dessa influência, a fim de se explicitar as controvérsias de natureza metodológica que surgiram intimamente ligadas ao nascimento do próprio pensamento econômico sistematizado.

acadêmicos escoceses do Século XVIII, a Filosofia Moral tinha como objeto o exame dos seres humanos em sociedade. Esse exame implicava, por seu turno, necessariamente e em última instância, um estudo da natureza humana (Redman, 1997: 110).

Restava, então, a Smith – naturalmente encarnando o espírito intelectual de sua época – encontrar a hipótese (ou verdade *a priori*) sobre a natureza humana a partir da qual poderiam ser elaboradas as generalizações necessárias ao estabelecimento de um sistema de investigação que abrangesse abstratamente qualquer formação social. Ao organizar sua mais célebre obra, essa questão parecia estar resolvida: estava inscrita no âmago da natureza humana uma tendência ou inclinação natural para a troca, a partir da qual se desenvolveria a divisão do trabalho e, por conseguinte, todo seu arcabouço teórico que, supostamente, daria conta, em abstrato, dos processos causais que levariam as nações à opulência. (Napoleoni, 1981: 50). Esse procedimento dedutivo se encontraria subjacente à estrutura dos dois primeiros livros de “A Riqueza das Nações” e constituiria a “face dedutivista” do filósofo moral escocês.

Entretanto, questionamentos ulteriores (por exemplo: que fatores explicam as diferenças de ritmo de desenvolvimento econômico em um mesmo país ao longo do tempo? Quais as causas das diferenças de país para país, em um mesmo momento histórico?) levariam Smith a adotar, paralelamente ao método hipotético-dedutivo, outro procedimento. Para elucidar tais questões, ele passou a submeter os fenômenos econômicos a uma pesquisa fundamentada em sua essência na investigação dos processos históricos concretos e efetivos de cada país, abarcando pontos relacionados, por exemplo, às influências exercidas sobre o processo de desenvolvimento econômico, pelas leis de sucessão, pela distribuição de propriedade, entre outros (Cliffe Leslie, 1870). Em resumo, Smith estava, despudoradamente, lançando mão do método histórico-indutivo, e assim, pagando tributo a Montesquieu e revelando sua “face indutivista”, como fica claro ao longo dos livros III, IV e V de “A Riqueza das Nações”.

Residiria, portanto, nesse ponto, conforme assinala Blaug (1993), a particularidade da forma de pensar de Smith: na tentativa de construir um abrangente sistema de apreensão das causalidades dos fenômenos econômicos, válido para todas as formas sociais, viu-se obrigado utilizar ambos os métodos científicos disponíveis, engendrando, com isso, um ambíguo e contraditório amálgama metodológico.

Por outro lado, não deve deixar de lembrar do caráter essencialmente normativo da Economia Política, entendida ainda enquanto elemento constitutivo do arcabouço da Filosofia Moral. Em suas formulações, essa última não excluía, de forma alguma, juízos de valor do

cientista, enquanto sujeito, e enunciava “o que deve ser” em relação ao objeto. Entretanto, ao longo de seu processo de desenvolvimento e ulterior desconexão e distanciamento da Filosofia Moral, os pensadores que pretenderam dar continuidade às investigações inauguradas por Smith percebiam este aspecto como problemático.

Para alguns deles, a ciência econômica deveria ser positiva (isto é, axiologicamente neutra) e, nesse sentido, deveria apenas tratar do real, do efetivo, do “o que é”, e adotar de uma metodologia que interditasse qualquer espécie de consideração valorativa do observador frente ao objeto. A articulação e coerência das premissas das quais partiriam os teóricos interessados no pensamento econômico deveriam ser submetidas a um tratamento lógico mais rigoroso capaz de impedir que juízos de valor se colocassem como fatores que obstaculizassem a ciência econômica no caminho da incorporação, em si, do caráter de objetividade, supostamente alcançado nas ciências naturais. Sob este ponto de vista, seria imprescindível restringir a investigação econômica ao paradigma metodológico aplicáveis à Física, nos moldes propostos por Newton.

Em se tratando dos mais conhecidos sucessores de Smith, é possível destacar David Ricardo como o grande inaugurador e defensor da Economia Política enquanto ciência positiva. O economista inglês buscava, tendo em vista os complexos e urgentes problemas de seu tempo, construir um modelo simples capaz de dar conta dessas questões e embasar cientificamente políticas econômicas pretensamente inequívocas. Para tanto, sua forma de análise dos fenômenos econômicos lançava mão abertamente das mesmas premissas filosóficas apriorísticas de Smith para, a partir delas, construir, com o auxílio da lógica formal, abstrações progressivamente refinadas que, por sua vez, não demandassem correspondência com qualquer caso concreto. Essas estilizações requeriam, por outro lado, uma “limpeza do terreno” de investigação econômica da influência de elementos que não pertencessem ao seu domínio, o que levaria Ricardo a desconsiderar quaisquer aspectos sociais de caráter histórico, institucionais etc. como elementos essenciais ao raciocínio. Portanto, na sua visão, a Economia deveria ser, no processo de apreensão do objeto, “pura”, fazendo-se valer como ferramenta tão somente o método hipotético-dedutivo.

Por outro lado, o método histórico-indutivo não havia sido abandonado. Seus postulados encontrariam na figura de Thomas Malthus seu mais fervoroso defensor. Com ele, Ricardo viria a manter um intenso debate, tornando polar entre dois representantes do pensamento econômico o que se apresentava como contraditório no interior do procedimento smithiano. Malthus reivindicava a proximidade da Economia Política com as ciências morais e políticas, no intuito de preservar a consideração dos juízos de valor dos cientistas em relação

ao objeto de estudo. Criticava, por outro lado, o que considerava um excesso de generalizações em Ricardo, evocando a construção de teorias baseadas no método *a posteriori* que, por seu turno, pressupunha a apreensão de experiências específicas.

Comprova-se, através da História que, no decorrer do século XIX, a orientação metodológica defendida por Ricardo suplantou sua rival. A partir dali, “a Economia seria considerada pelos principais economistas teóricos como uma ciência fundamentalmente abstrata dedutiva, ao invés de histórica indutiva” (Deane, 1980: 113). Nassau Senior e John Stuart Mill seriam outros pensadores econômicos que se empenhariam reforçar esse caráter nos princípios metodológicos que regeriam sua ciência. Entretanto, seus esforços – em especial os de J. S. Mill –, trouxeram de volta a antiga problemática inaugurada por Smith. Conforme assinala Blaug (1993: 111), a principal obra de J. S. Mill, “Princípios de Economia Política”, “não tem caráter metodológico particular” e, tal qual ocorre em “A Riqueza das Nações”, “algumas partes são predominantemente abstratas e *a priori*”, enquanto em outras “existe uma quantidade substancial de dados fatuais e de inferência a partir da história”. Conforme veremos amiúde, apenas com Marx, através de sua crítica ontológica, essa controvérsia viria a ser superada.

### **O método de Marx enquanto crítica ontológica**

Uma apresentação minimamente satisfatória do método crítico de Marx requer algumas considerações sobre o aspecto ontológico de seu pensamento. Como observou Lukács (1979), a démarche marxiana de apreensão dos fenômenos sociais se fundamenta em afirmações relativas ao ser social em sua efetividade, admitindo sua natureza comum inerente a todos os seres, isto é, sua condição de *ser enquanto ser*. Esse procedimento pressupõe, por seu turno, um constante diálogo entre a análise científica e a própria ontologia, de onde, por um lado, *totalidade* e *contradição* aparecem como categorias essenciais enquanto, por outro lado, o campo da práxis (isto é, o campo em que se dão as relações e processos efetivos) emerge como âmbito decisivo de apreensão dos fenômenos.

Sob esse ponto de vista, qualquer categoria que venha a servir ao entendimento dos fenômenos sociais deve ser apreendida como um complexo, uma constituição de diversos elementos que se determinam e se pressupõem entre si, compondo uma totalidade. O ser social é ontologicamente composto por um complexo desses complexos, configurando não uma disposição caótica, mas ordenada, mesmo que essa última não seja de maneira alguma rígida em sua própria história.

No âmbito dessa totalidade, o momento que se apresenta como predominante frente aos demais é o momento econômico, isto é, aquele relacionando à reprodução da existência material de determinada formação social. Sua prioridade ontológica se justifica simplesmente por constituir a dimensão sem a qual as outras dimensões (política, cultural etc.) não poderiam existir. Isso não significa, entretanto, que essas últimas apareçam apenas como epifenômenos daquela. Pelo contrário, o momento econômico constitui, nesse sentido, de acordo com uma célebre metáfora de Marx (1978: 121), tão somente “uma luz universal de que se embebem todas as cores, e que as modifica em sua particularidade. É um éter especial, que determina o peso específico de todas as coisas emprestando relevo a seu modo de ser”.

Esses elementos constituintes da totalidade social não estão, entretanto, isentos de tensões, uma vez que são formados, em última instância, por relações sociais, imanentemente contraditórias. Portanto, as próprias categorias fundamentais do ser social requerem uma apreensão que as qualifique enquanto contradições, isto é, unidades formadas por pólos que se determinam entre si, em oposição e complementaridade. A unidade das categorias apreendidas aparece, também, composta por uma relação conflituosa, uma união através da luta. E é justamente a partir da tensão inerente a seus elementos constituintes que se desenvolve a dinâmica do ser social. Novas objetividades e subjetividades estão incessantemente envolvidas em um processo de dissolução, engendramento e transfiguração, que resulta em sempre novos complexos, naturalmente “provisórios”. Nessa concepção, o próprio caráter contraditório configura a força motriz da relação dinâmica entre complexos e processos que surgem de tais relações. E esse caráter só se apresenta como tal porque é possível apreendê-la na realidade enquanto base de processos também reais (Augusto, 1999).

Conforme o que foi visto até aqui, é possível assinalar implicações diretas para o método a ser examinado. Primeiramente, tendo-se em conta a constituição do ser social como uma totalidade, qualquer análise científica específica em seu interior deve aprender seu objeto como uma parte constituinte de um complexo. Desta forma, as articulações entre o objeto específico estudado e as outras partes constituintes do todo se colocam naturalmente como o objeto último de uma análise explanatória. Por outro lado, é também imprescindível que esse procedimento considere o caráter intrinsecamente processual do objeto, posto que a tensão contida nos elementos contraditórios que compõem o ser social é o fator chave de sua dinâmica. Aprender mudanças em um ser que mantém suas características essenciais significa reconhecer seu caráter histórico. O papel a ser desempenhado pelo conhecimento que se propõe científico em relação a determinado objeto consiste, então, na apreensão de sua

gênese e das tendências próprias a seu desenvolvimento, sem nunca perder de vista suas contradições e possibilidades de superação (Augusto, 1999).

Tendo em vista essas diretrizes, pode-se afirmar que Marx assentou seu método teórico em, basicamente, dois momentos: a investigação e a exposição. Estes momentos, por seu turno, compõem conjuntamente uma “dupla caminhada” que parte da experiência imediata e, utilizando constantemente a crítica ontológica, resulta no “concreto pensado” (Marx, 1978).

A investigação constitui o processo que toma os dados imediatos da realidade e os exaure nos termos de suas condições de possibilidade, em um processo analítico que busca as mais precisas e simples determinações de cada categoria geral. As abstrações constituem, então, resultado do isolamento provisório dos elementos determinantes comuns desses dados e não, como em Ricardo, por exemplo, conjecturas gerais de um construto logicamente estruturado, mas que não se pretende conectado a nenhum caso concreto.

A segunda caminhada – a exposição – parte, por sua vez, dessas abstrações em direção ao concreto pensado. Esta etapa é constituída de um processo da delimitação e especificação das abstrações que faz desaparecer seu caráter original. O imperativo da crítica ontológica aponta as categorias centrais como ponto de partida, em procedimento equivalente ao da etapa da investigação. O resultado do enriquecimento das abstrações é seu posicionamento em determinada proporção na composição do objeto como um todo. O diálogo constante com a efetividade, através da presença constante da crítica ontológica, afasta a possibilidade de o concreto pensado configurar uma estrutura lógica rígida, nos moldes de um procedimento meramente dedutivo. Ilustra-se esquematicamente essa “dupla caminhada” no Quadro 1, baseado na exposição contida em “O Método da Economia Política” (Marx, 1978).

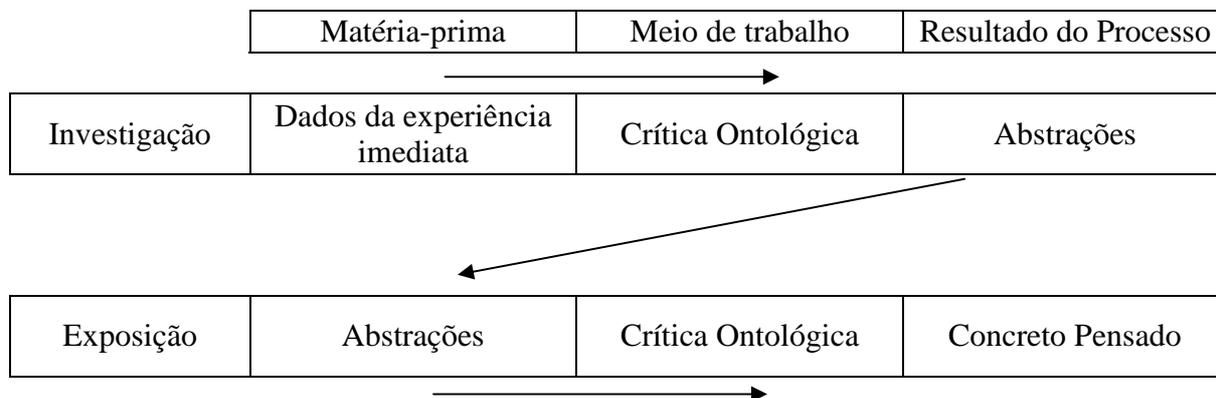
Ao contrário da Economia Política – isolada artificialmente das inter-relações sociais complexamente articuladas –, o método de Marx parte sempre da totalidade do ser social e volta sempre a desembocar nessa totalidade. A apreensão de um novo fato ou novo nexos causal não se resume ao resultado de uma elaboração crítica na perspectiva de uma correção factual imediata (confirmação empírica, previsibilidade etc.). Pelo contrário, parte da observação da prática cotidiana em direção a uma investigação ininterrupta de todo o âmbito do factual na perspectiva do seu autêntico conteúdo de ser, de sua constituição ontológica.

A visão crítica em sentido ontológico serve, portanto, como medida crítica na verificação de todo fato ou conexão. Trata-se, em última instância, de uma cientificidade que jamais perde ligação com a atitude ontologicamente espontânea da prática cotidiana. Parte desta última e a depura continuamente a nível crítico, elaborando conscientemente as

determinações ontológicas que estão na base de qualquer ciência. Seu método parte do seguinte fundamento: quando o objeto sob investigação é o ser social, deve-se assumir um papel decisivo o problema ontológico da oposição entre fenômeno e essência (Lukács, 1979).

**Quadro 1:**

**A “dupla caminhada” no método de Marx**



**Fonte: Elaboração própria**

No âmbito da prática cotidiana, os fenômenos tendem a ocultar a essência do próprio ser social, ao invés de explicitá-la. Por outro lado, a investigação de caráter científico pode tanto iluminar quanto obscurecer ou até mesmo deformar indicações ou pressentimentos extraídos dessa prática. Essas deformações seriam muito mais frequentes no campo de estudo da Sociedade do que da Natureza. A causa desse fato reside no agir interessado, intrínseco às singularidades que constituem a primeira. Isto posto, tem-se que o efeito deformador do agir interessado sobre fatos adquire um acento inteiramente novo. Isso sem considerar que tais deformações afetam o ser social – no sentido de se tornarem momentos dinâmicos e ativos da totalidade do ser *em-si*.

A relação entre essência e fenômeno no ser social revela novas determinações, dada sua indissolúvel ligação com a práxis. O processo originário de uma das singularidades do ser social é sempre finalístico. A ausência de um pensar processual obscurece essa origem, dada uma forma de apreensão do produto como acabada. A especificidade da relação entre essência e fenômeno chega, então, até o agir interessado. Como este agir é intrinsecamente apoiado em motivações de grupos sociais, a ciência abandona seu papel de controle crítico e serve para obscurecer a essência. É deste ponto que parte a crítica marxiana em relação aos economistas políticos (especialmente, os chamados vulgares) que estacionam sua investigação nas formas fenomênicas em detrimento às conexões reais.

A espécie de análise científica de Marx não tem como objetivo a elucidação de fatos isolados que, progressivamente, se ajuntam a um conjunto de outros fatos, também originalmente isolados. A função de sua afirmação filosófica reside, portanto, na crítica ontológica a falsas representações e tem como meta despertar a consciência científica no sentido de restaurar no pensamento a realidade autêntica. Esse é o tipo de apresentação que caracteriza a estrutura interna que permeia sua obra: uma cientificidade que no processo de generalização nunca abandona esse nível, mas ao tratar de fatos singulares (concretos) tem sempre em vista a totalidade do ser social. Totalidade esta que serve de medida de avaliação da realidade e do significado de cada fenômeno singular e não se distancia do objetivo de transfigurar o processo de conhecimento em um “instrumento de uma práxis realmente transformadora” (Augusto, 1999: 137).

### **Considerações finais**

Neste trabalho, procurou-se expor que, ao longo do processo de surgimento e desenvolvimento da Economia Política enquanto disciplina autônoma, surgiram incessantes problemáticas e contendas, relacionadas à adoção do método de investigação mais adequado ao estudo dos fenômenos econômicos. E, mesmo com a predominância, no século XIX, dos procedimentos advogados por uma corrente defensora do método hipotético-dedutivo, essas controvérsias não foram solucionadas.

Buscou-se também mostrar que Marx elaborou, em postura crítica, tanto uma nova forma de cientificidade em geral, quanto de ontologia, ambas muito distantes das concepções de que a investigação científica deveria obedecer cegamente aos imperativos de qualquer um dos métodos propostos ou de um paradoxal amálgama de ambos. E que, em última instância, não tencionava para seu método uma aplicação prática direta nos moldes então postulados e sim a elucidação da estrutura ontológica fundamental da realidade, de forma que o processo de conhecimento pudesse se concretizar enquanto instrumento capaz de fundamentar uma práxis efetivamente transformadora.

### **Referências**

AUGUSTO, André Guimarães. “Ontologia e crítica: o método em Marx”. In: *Econômica*, Rio de Janeiro. Vol. I, nº. II: 131-142, 1999.

BLAUG, Mark. *Metodologia da Economia*. São Paulo: EDUSP, 1993.

CLIFFE LESLIE, Thomas Edward. “The Political Economy of Adam Smith”. In: *Fortnightly Review*, London. 14: 549-563, 1870. Disponível: <<http://socserv.mcmaster.ca/econ/ugcm/3113/leslie/leslie01.html>>. Acesso: 01 Dez. 2006.

DEANE, Phyllis. *A evolução das idéias econômicas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

LUKÁCS, György. *Ontologia do ser Social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. “Para a crítica da Economia Política”. In: MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

NAPOLEONI, Cláudio. *Smith, Ricardo e Marx*. (2ª ed.). Rio de Janeiro: Graal, 1981.

REDMAN, Deborah A. *The Rise of Political Economy as a Science: methodology and the classical economists*. Cambridge: MIT Press, 1997.